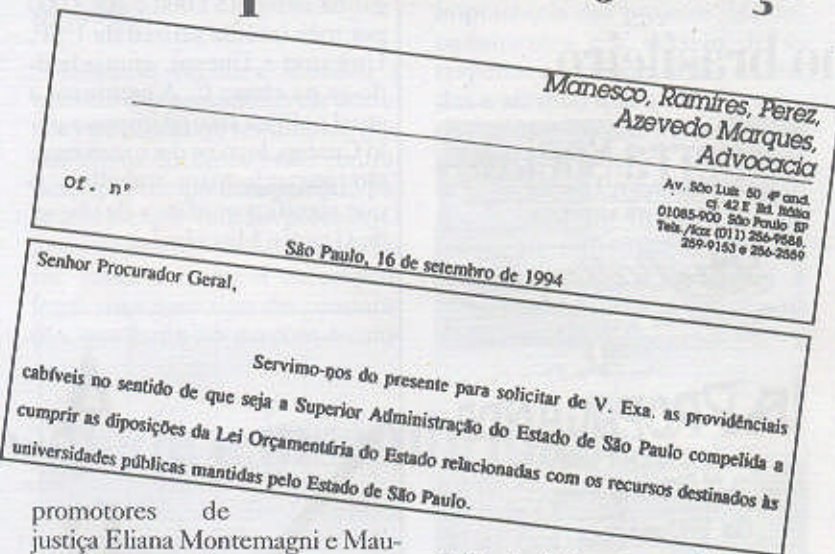


## Fleury desrespeita a lei orçamentária e Adusp entra na Justiça

*O governo do Estado não está cumprindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o atraso no repasse de verbas já é de R\$ 54 milhões. Os reitores da USP, Unicamp e Unesp cruzam os braços enquanto o ensino, a pesquisa e a extensão estão sendo comprometidos.*

A Associação de Docentes da USP (Adusp) entrou, dia 14 de outubro, com representação contra o governador Fleury Filho junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo. A representação visa exigir do governo estadual o cumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece para o ano de 94 o repasse de 9% da quota parte do ICMS para ser aplicado no ensino público superior. Somente nos últimos três meses o governo Fleury deixou de repassar às universidades cerca de R\$ 54 milhões. Para a USP a Secretaria da Fazenda deixou de transferir, desde julho, R\$ 33 milhões; para a Unicamp, R\$ 12 milhões e para a Unesp, R\$ 9 milhões.

O presidente e o vice da Adusp, respectivamente Otaviano Helelne e Francisco Miraglia, protocolaram a representação no Ministério Público e reuniram-se com os



promotores de justiça Eliana Montemagni e Maurício Augusto Gomes, assessores do Procurador Geral. Uma segunda representação, impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), também está tramitando na Procuradoria Geral para apuração dos motivos que levaram o governo estadual a atrasar os repasses às universidades.

O governador Fleury afirmou, no início de outubro, que reconhecia a dívida com as três universidades públicas paulistas, mas que somente faria o repasse das verbas se cessarem as pressões políticas contra o seu governo por parte das entidades representativas dos docentes e funcionários da USP, Unicamp e Unesp. O governador estava, desta forma, respondendo matéria publicada na

Folha de S. Paulo, em 30 de novembro, pelo Fórum das Seis Entidades onde era denunciado publicamente o atraso no repasse das verbas e o desrespeito à Educação por parte do Estado.

Muito embora o governador Fleury venha fazendo propaganda de falta de dinheiro para saldar os compromissos do Estado, a verdade é que o ICMS está crescendo mensalmente. A arrecadação de agosto deste ano é 16% maior do que a de julho e a de setembro, a maior receita em dólares dos últimos quatro anos: US\$ 1 bilhão. Apesar desse crescimento de arrecadação, apenas 9,04% foram repassados aos salários dos professores e funcionários das universidades.

### Emendas ao Orçamento

O Fórum das Seis Entidades representativas dos docentes e de funcionários da USP, Unicamp e Unesp, apresentou sete emendas à Lei Orçamentária do Estado de São Paulo para 95. As emendas, encaminhadas à Assembléia Legislativa em 21 de outubro, propõem a realocação de verbas para as universidades que originalmente estão destinadas às secretarias de Transportes, Transportes Metropolitanos, Planejamento, Governo, Administração e Modernização do Serviço Público e do Gabinete do governador num total de R\$ 157 milhões.

A Lei Orçamentária para o próximo ano estima destinar às universidades R\$ 1.050 bilhão, referente a 9,57% da quota parte do ICMS, enquanto o Fórum pretende que esse índice seja de 11%, equivalente a R\$ 1.200 bilhão. As emendas foram assinadas por deputados de vários partidos e serão votadas até o final da atual legislatura.

### O Brasil volta à realidade

Passada a eleição para a presidência, o Brasil está, aos poucos, voltando à realidade. O índice Fipe para o mês de outubro bateu em 3,5% de inflação e a cesta básica já registra alta recorde: R\$ 108,25. Nos últimos doze meses, a cesta básica de alimentos, limpeza e higiene subiu 35,4% acima da inflação. Enquanto cresce a pauperização da população brasileira, o ministro da Fazenda ataca a proposta de um salário mínimo equivalente a US\$ 100 até o mês de dezembro, sob a alegação de quebra da previdência.

## Andes é a representante legal dos docentes

A Andes-SN foi reconhecida legalmente como a entidade sindical representativa dos docentes das instituições de Ensino Superior (IES). O reconhecimento foi feito pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar processo proposto contra a Andes pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino e

Cultura (CNTEEC). O julgamento, com apenas um voto contra, deu-se em última instância, não cabendo recurso à CNTEEC.

Conad - O presidente da Andes, Luís Henrique Schuch, esteve reunido em São Paulo, dia 10 de outubro, com diretores da Adusp, Adunesp e regionais da Andes/SP para discutir a pauta do 29º Conad, a ser realizado

em Niterói (RJ) entre os dias 29 de novembro e 3 de dezembro. O tema central deste Conad é "Transformação do Mundo do Trabalho e o Projeto Democrático e Popular" e já estão definidas plenárias para debater o Movimento Docente e a Conjuntura; Educação, Ciência e Tecnologia; Políticas Sociais, Sindicais, Agrárias, Seguridade e Comunicação.

# Assembléia da Adusp

Na quinta-feira, 17 de novembro, a Adusp estará realizando assembléia às 17 horas, no auditório Abrahão de Moraes - Instituto de Física -, para discutir a campanha salarial - revisão da data-base e o não cumprimento de compromissos assumidos pelo Cruesp

- e indicar o delegado que participará do 29º Conad (Conselho Nacional das Associações Docentes), a ser realizado em Niterói (RJ), entre os dias 29 de novembro e 3 de dezembro. Ainda nesta assembléia serão indicados os observadores que participarão do encontro.

## Presença italiana no sindicalismo brasileiro

ALL/Contrapp



A primeira fase da programação de debates sobre a presença italiana no sindicalismo brasileiro foi realizada entre os dias 24 e 27 de outubro com a realização de seminário que reuniu catorze debatedores. A mostra permanece aberta ao público no Centro Universitário Maria Antonia (rua Maria Antonia, 294) até o dia 30 de novembro. Em seguida será montada no Departamento de História da USP (Cidade Universitária) e durante o próximo ano percorrerá universidades e sindicatos espalhados pelo País.

## Ação recupera perdas do Plano Collor

A 10ª Câmara Civil do 1º Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo acolheu, no dia 26 de outubro, recurso de apelação de docente da USP, titular de caderneta de poupança no Banespa, prejudicada pelo Plano Collor com expurgo da inflação apurada no mês de março de 1990. A ação foi patrocinada pela assessoria jurídica da Adusp, tratando-se da primeira decisão de segunda instância em caso de associado da entidade.

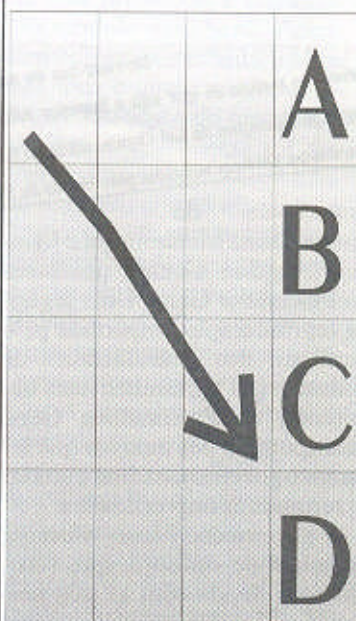
# Dois Pontos

## Docentes mudam de classe...social

Ao contrário do que muita gente pensa, os professores das universidades públicas paulistas não se enquadram na classe B, mas sim na C. É o que revela pesquisa da revista Veja, ao mostrar a cara do Brasil que foi às urnas no dia 3 de outubro. Segundo a revista, 27% da população ganha entre R\$ 1.000 e R\$ 2.000 por mês (média salarial da USP, Unicamp e Unesp), enquadrando-se na classe C. A continuar a atual política salarial imposta pelo Cruesp, logo os docentes estarão pagando para trabalhar, o que significa mudança de classe: de C para a Miserável.

## Balcão de negócios

Depois de constatar que o Conselho Federal de Educação funcionava como verdadeiro balcão de negócios envolvendo entidades do ensino superior, o governo Federal resolveu extingui-lo. Para o ministro Murilo Hingel, os conselheiros apenas chancelavam cartas-consulta e projetos de criação ou reconhecimento de cursos, universidades ou entidades de ensino superior. Apesar da constatação de que o CFE era um verdadeiro balcão de negócios, o ministro da educação negou-se a revelar os nomes dos conselheiros envolvidos em atividades irregulares, tratando o ministério como quintal de sua casa e não um órgão que deveria representar interesses da sociedade. Divulgar os nomes dos envolvidos em irregularidades no governo é obrigação de qualquer pessoa que ocupe cargo público.



## Público de ponta

O público do teatro oficina Uzina Uzona lança, com a peça "Mistérios Gozozos", de Oswald de Andrade, um movimento popular inédito para viabilizar produções culturais: o público atua como parceiro na produção cultural. Adquirindo o bônus "sócio dos Mistérios Gozozos", no valor de R\$ 20, passa-se a ser um dos 2.200 co-produtores. Adquire-se, dessa forma, o direito de participar de um dos cinco ensaios abertos e um ingresso para a peça. Os bônus estão sendo vendidos na bilheteria do teatro Oficina - rua Jaceguai nº 520, ou pelos telefones: 604-0678 e 61-1400.

## Brasil real

Mário Amato, então presidente da Fiesp, disse, em 92, que todo mundo sonega impostos. Ney Maranhão, senador não reeleito e também sonegador assumido, afirmou, recentemente, que quase todo mundo usa a gráfica do Congresso para fazer campanha. "Eu também já usei", disse ele. O ministro da Fazenda, Ciro Gomes, também não ficou de fora e lançou sua pérola durante a recente campanha eleitoral: "Houve uso da máquina do governo em campanha, mas foram imprudências isoladas. Fernando Henrique Cardoso, sobre o uso da máquina federal em sua campanha disparou um "vamos parar de falar sobre bobagens".

## Biblioteca de "menas"

A biblioteca do Campus de Ribeirão Preto reduziu em duas horas diárias o atendimento ao público. A partir de 1º de novembro passou a abrir entre 8h e 21h, quando anteriormente permanecia aberta, de 2ª a 6ª feira, até às 23h. A regional da Adusp em Ribeirão Preto protestou contra essa redução e classifica o ato do prefeito do Campus daquela cidade de desrespeito aos estudantes e docentes

### Adusp

#### Diretoria:

Otaviano Helene, Zilda Tokoi, Francisco Miraglia, Lígia C.M. Machado, Luiz Carlos de Sá Rocha, Décio Crisol Donha, Primavera Borelli, Benedito Honório Machado, Marcos Nereu Arenales, José Nivaldo Garcia, Evaldo L. Titto.

#### Editor:

Marcos Luiz Cripa vd

#### Projeto Gráfico:

Argem Godoy

#### Produção Gráfica:

Maria Cristina Waligora e

Luís Ricardo Câmara

#### Revisão:

Raquel La Corte

#### Secretaria:

Rogério Yamamoto

Alexandra Carillo

#### Distribuição:

Marcelo Chaves

Walter dos Anjos

Tiragem: 6.500 exemplares

Periodicidade: mensal

Filmes: Bandeirante

Impressão: Central Gráfica

Adusp-S.Sind.: Av. Prof. Luciano

Gualberto, trav. J, nº 374

Cid. Universitária - São Paulo - SP

CEP 05508-900 - Tel: (011) 813-5573/

Fax: (011) 814-9321.

# Adusp debate política de Recursos Humanos da Universidade

**Marilene Proença**

## Universidade e Educação

Este ano, vivemos, mais uma vez, a inexistência da prioridade política para a votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, além do corte de verbas na área. Esses dois exemplos, somados a tantos outros, mostram a dicotomia entre o discurso político e a prática institucional. Nunca se falou tanto de educação e nunca tivemos dados tão alarmantes a respeito da qualidade do ensino oferecido em nosso país. Nunca o movimento de professores foi tão organizado, nacionalmente, e nunca o professor foi tão mal remunerado nem precisou trabalhar em condições tão precárias.

Na universidade pública, também, observamos que a preocupação com as questões educacionais se faz presente. Mas, parece haver uma mudança qualitativa na importância dada a essas questões para seus docentes e alunos. Em décadas passadas, as questões educacionais surgiam com toda a sua força enquanto o centro da relação Universidade-Sociedade. Hoje, tais preocupações se encontram localizadas apenas em alguns setores. Em décadas passadas, uma das principais metas do profissional que aqui se formava estava em construir uma sociedade democrática e lutar pela educação para todos. Hoje, tais lutas parecem estar presentes somente em um certo espaço de resistência (diferente, portanto, do conceito de ilha de excelência), preocupado em formar profissionais comprometidos com os grandes temas nacionais.

Aqueles que ainda acreditam e defendem o compromisso da Universidade Pública com a Educação Pública têm como objetivo analisar os problemas de fundo da educação escolar e veicular propostas plausíveis de alteração do quadro-negro educacional, comprometidos com uma escola para todos. Por isso, nossos colegas têm atuado nos vários espaços conquistados em governos democráticos, implementando projetos educacionais arrojados e bem sucedidos.

*Marilene Proença é professora do Instituto de Psicologia e membro do GTPE-Adusp.*

criticou o fato de o Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE) ser considerado item de Recursos Humanos. Segundo Norberto Guarinello, este fato o caracteriza como função de preencher lacunas no quadro de professores, em vez de privilegiar a formação do aluno de pós-graduação.

Eduardo Ramirez abordou a questão dos precários (veja entrevista na página 8), ressaltando que 400 novos docentes serão contratados por tempo determinado para exercerem função perene. O assessor jurídico da Adusp discorreu sobre a ausência de amparo legal para esse tipo de contratação, que fere a norma constituio-

nal de exigência de concurso público para contratação.

A vice-reitora Myriam Krasilchik explicou os critérios que a reitoria considera importantes para a carreira docente — aberta no ingresso e de a progressão ser feita por mérito —, ressaltou a importância dos projetos dos departamentos e a decisão de se respeitar a autonomia das unidades e afirmou que a reitoria valoriza e não pretende abrir mão dos professores sênior da universidade. Quanto ao Programa de Aperfeiçoamento de Ensino, a vice-reitora admitiu que ele deve ser aperfeiçoamento e reafirmou o fato de que é vedado que os alunos dêem aula.

## Periculosidade e insalubridade

Na defesa da melhoria das condições de trabalho dos docentes da USP, a Adusp tem sido sensível à preocupação com a periculosidade e a insalubridade presentes em alguns ambientes de trabalho. É importante frisar que a incorporação ao salário dos adicionais correspondentes a estas condições de trabalho, embora necessária, está longe de ser suficiente para resolver o problema.

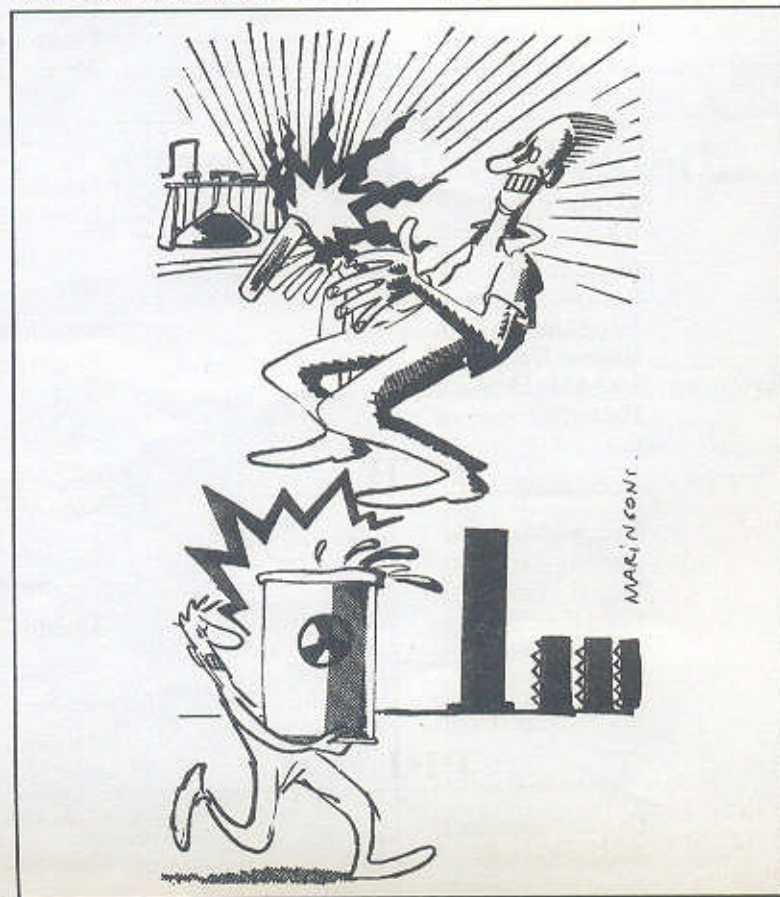
Em primeiro lugar, o adicional de insalubridade varia entre 10% e 40% do valor correspondente a dois salários mínimos da região, enquanto o adicional de periculosidade é de 30% do salário, descontados gratificações de mérito e tempo de serviço. Está claro que nenhum dos dois é compensação pecuniária adequada para convivência constante com o perigo ou a insalubridade.

Além disso, é central e urgente que a USP assuma responsabilidade pelo investimento em infraestrutura necessário a tornar mínimas a insalubridade e a periculosidade presentes nos ambientes de trabalho acadêmico, seja aquele diretamente ligado à pesquisa e ao ensino, seja no caso da manutenção de equipamentos ou na estocagem e instalação de materiais perigosos ou danosos à saúde humana. Estas

providências são fundamentais para evitar o risco de acidentes e danos graves a todos aqueles que devem trabalhar em condições insalubres ou perigosas.

A Adusp, instrumento de luta dos docentes da USP, precisa contar com a informação vinda das unidades para, após discus-

são pelo Conselho de Representantes, tomar as medidas legais e de pressão política cabíveis. Se algo não vai bem na sua unidade, contate o seu representante ou a diretoria da Adusp. Temos clareza que só a nossa organização poderá, de fato, tornar dignas as condições de trabalho na universidade.



# Saiba quem são os deputados que vamos enfrentar nos próximos quatro anos

Os 94 deputados que assumem a Assembléa Legislativa em fevereiro do próximo ano, 51 são novatos, estreantes no cargo, o que significa uma renovação de 54%. Saíram fortalecidas as bancadas do PSDB, PFL, PT, PPR, PDT e PRP. Perderam espaço o PMDB (menos três representantes), o PL (menos seis), o PSD (menos três) e o

PTB (reduziu a bancada de 12 para sete). O PSDB e o PT são os partidos que maior crescimento tiveram na Assembléa. Os tucanos passaram de 8 para 15 deputados e o PT cresceu de 9 para 14. No discurso de campanha a maioria dizia-se defensora do ensino público e gratuito de alto nível. Resta saber como eles se comportarão, a partir de agora, nas questões

fundamentais da educação, a exemplo de aumento da quota parte de 9,57% para 11% para as universidades estaduais paulistas e a discussão e votação da Lei Orgânica do Ensino Superior. Na atual legislatura apenas o PT e o PC do B encamparam as principais lutas da educação.



## Eleitos para a gestão 95/98

### PMDB

Paschoal Tomeu  
Gilberto Nascimento  
Mauro Bragato  
Carlos A. Bel Correia  
Rosmary Correia  
Dimas Ramalho  
Uebe Rezeck  
Abelardo Camarinha  
Antonio Carlos Ribas  
Elza Moya  
Jayme Gimenez  
Antonio Lobbe Neto  
José Carlos Tardelli  
Gilson Menezes  
Milton Monti  
Roberto Purini  
Oswaldo Justo  
Fernando Cunha  
Vitor Sapienza  
Cesar Callegari  
Luiz Alberto Fratini  
José Carlos Tonin  
José Guilherme Gianetti

### PSBD

Célia Leão  
Paulo Kobayashi  
Marcos Mendonça  
Walter Feldman  
Juscelino Cardoso de Sá  
Miguel Haddad  
José Carlos Vaz de Lima  
Roberto Engler  
Minton Lautenschlager  
Ricardo Tripoli  
Dorival Braga  
Cândido Galvão  
Sidney Cinti  
Renato Fauvel  
Clovis Volpi  
Maria do Carmo Piunti  
Drausio Barreto

### PT

Luiz Carlos da Silva  
Maria Lucia Prandi  
Mariangela Gama Duarte  
Pedro Dallari  
Roberto Gouveia  
José Baccarin  
Rui Falcão  
Renato Simões  
Djalma Bom  
Elói Pietá  
Hamilton Pereira  
José Pivatto  
Beatriz Pardi  
Luiz Paulo  
Wagner Lino Alves  
José Zico Prado

### PPR

Conte Lopes  
Márcio Araújo  
Edna Sampaio Fernandes  
José Crespo  
Reinaldo de Barros Filho  
José Eduardo Ferreira Netto  
Erasmus Dias  
José Aldo Demarchi  
Hatiro Shimomoto

### PTB

Campos Machado  
Antonio Carlos Mendonça  
Daniel Marins  
Léo Oliveira  
Waldir Cartola  
Israel Zecker  
Marcelo Gonçalves

### PFL

Duarte Nogueira Jr.  
Afanásio Jazadji

Edmir Abi Chedid  
Terezinha de Jesus  
Maria Cecília Passareli

### PL

Edson Ferrarini  
Arthur Alves Pinto  
Estêvan de Oliveira  
Junji Abe  
Gilberto Kassab

### PDT

Paulo Julião  
Carlos Eduardo Abarca  
Aloísio Vieira

### PC do B

Jamil Murad  
Nivaldo Santana

### PRP

Nelson Aguiar  
Misaél Margato

### PSD

Roque Barbieri  
Nabi Abi Chedid

### PSB

Alberto Galvo

### PV

Heráclito G. Pizano

### Prona

Célia Sueli Artacho

# A nova assembleia e a educação

Romulo Entler



Ivan Valente

Muitos analistas têm se detido sobre a renovação que teria havido no parlamento, em nível federal e estadual, nas últimas eleições e acerca do impacto da avalanche de votos nulos e brancos nesse processo. Associado a isso está a indignação sobre se a nova composição da Assembleia Legislativa do Estado favorecerá ou não à luta pelo fortalecimento do ensino público e pela construção de uma escola pública, gratuita, democrática e de qualidade.

Em primeiro lugar, os próprios dados levantados pela imprensa relativizam bastante a tal "renovação". Se, por exemplo não foram eleitos a maior parte dos membros do "esquadrão da morte" collorido, ou muitos dos notáveis da turma dos "anões do orçamento", voltam ao Congresso Nacional figuras como Francelino Pereira ou Nelson Marchesan, velhos condestáveis da Arena e do PDS, ou políticos como Newton Cardoso. Com uma ou outra variação, este fenômeno também se verificou no tocante à Assembleia Legislativa.

Em segundo lugar, do ponto de vista da situação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, nunca é demais assinalar que o predomínio do PMDB nestes últimos 12 anos no governo, fez do parlamento estadual uma caricatura de poder. A partir do condomínio entre esse partido, o PFL e o PTB, os governos

Quércia e Fleury estabeleceram o reino do clientelismo e da fisiologia como método central de condução dos chamados negócios de Estado. Resultando disso uma correlação de forças absolutamente avassaladoras para as forças governistas, que souberam fazer prevalecer, à base do "rolo compressor", os interesses do grande capital e da pilhagem dos recursos públicos em benefício das minorias privilegiadas. Basta ver a sucessão de escândalos, as grandes negociatas e a notória falência do Estado, que freqüentemente ocupam as páginas dos jornais.

Ironicamente, com essa maioria, construída ao estilo "uma mão lava a outra", a Assembleia, no momento que o parlamento ganhou peso nas decisões políticas, deixou de ser um fórum de discussão e deliberação das grandes questões, diminuiu-se perante a população e tornou-se (salvo nos momentos em que o movimento social pressionou) um poder apenas homologatório da vontade do executivo.

Foi nessas circunstâncias que Quércia e Fleury puderam por em prática seus experimentos demagógicos na área da educação: respectivamente, a chamada "municipalização do ensino" (na verdade, municipalização da distribuição da merenda escolar) e o projeto da "escola padrão". Por essa via aprofundaram a desvalorização dos profissionais da educação, favoreceram os barões do

ensino público e intensificaram o sucateamento da escola pública.

Foi ainda nestas condições que Quércia pôde impor à Unesp, improvisadamente e sem os recursos correspondentes, a absorção da Universidade de Bauru. Seguindo essa mesma trilha, Fleury pôde estadualizar, segundo critérios clientelistas, a Faenquil e as Faculdades de Medicina de Marília e Rio Preto.

Pode a Assembleia, com a sua nova composição e sob novo governo, continuar por esse mesmo caminho? Rigorosamente as eleições não mudaram significativamente a correlação de forças. O PMDB, o PPR, o PFL, PTB (e outras siglas - PL, PSD etc - em que membros daquelas agremiações freqüentemente se metamorfoseiam) continuam com uma presença majoritária na Casa. Tudo isso sem mencionar a feição de descompromisso com a educação pública que o PSDB vem assumindo progressivamente.

Assim, se tomarmos apenas o aspecto quantitativo da composição das novas bancadas, não podemos estabelecer nenhuma previsão otimista. Obviamente, será

a luta social, a capacidade que a sociedade tenha de rechaçar as teses neoliberais de desresponsabilização do Estado com os serviços básicos (entre os quais a educação) e a organização dos profissionais da educação, estudantes e pais que poderão levar adiante a luta por ensino público, gratuito e de qualidade. Será isso que, certamente, sensibilizará o novo governador e o parlamento estadual para essa demanda chave da sociedade brasileira

Ivan Valente é membro da Comissão de Educação da Assembleia e deputado federal eleito pelo PT/SP

## O 2º turno e as universidades estaduais paulistas

*A vice-presidente da Adusp analisa o programa dos candidatos que disputam o 2º turno*

O programa de governo de Mario Covas (PSDB), no que se refere às universidades públicas paulistas, dimensiona a crise atual que afeta o maior complexo universitário da América Latina e propõe três revoluções: Moral, Administrativa e da Qualidade e Produtividade. Essa forma generalizadora de colocar questões tão complexas só apontam para a inexistência de diagnósticos e de proposições que devem ser realizadas em curto espaço de tempo. Sabe o candidato do PSDB que o governo do

Estado terá que empreender uma profunda alteração no custeio da educação, de um lado porque a desagregação atingiu índices elevados no ensino fundamental e médio, e que o superior está passando a pior fase desde 1934, quando a USP foi criada.

As análises que apontaram a prioridade de um nível de ensino sobre os demais já foram suficientemente questionadas e demonstraram a estreiteza das concepções dicotômicas. Se os níveis fundamental e médio estão em situação tão precária, deve-se ao privilegiamento da expansão da rede física em detrimento da capacitação e dos equipamentos necessários ao seu funcionamento. Temos debatido e lutado contra essa política que também

ameaça o ensino superior.

Em véspera de eleições somos surpreendidos com propostas de incorporações de escolas superiores e privadas, sem que a avaliação do conjunto tenha sido realizada. Covas define em seu programa apreço pela autonomia e por parcerias com as universidades, mas não aponta caminhos para realizar a sua triade revolucionária. Lei Orgânica das Universidades, definições orçamentárias mais efetivas, compromissos com repasses regulares e avaliação da aplicação dos recursos e do trabalho universitário, tanto com participação da sociedade civil quanto dos poderes públicos. Para garantir a autonomia universitária devem estar sendo debatidas as maneiras de recupe-

rar as funções sociais e públicas das universidades paulistas e não como aparece no programa de Francisco Rossi (PDT), como argumento eleitoreiro de crítica à evasão fiscal sem afirmar compromissos explícitos e claros com a priorização desse setor. A triade revolucionária proposta deverá atingir toda a máquina pública e as universidades devem cobrar inclusive a criação de um Conselho Social para apresentar a forma mais equânime às demandas sociais e através de projetos definidos regionalmente avaliar a eficácia dos programas em sua inter-relação social.

Zilda Iokoi é vice-presidente da Adusp e professora do Departamento de História

**Unicidade sindical**

O governo Fernando Henrique Cardoso quer acabar com a unicidade sindical - um sindicato por categoria profissional. A tese conta com o apoio das duas principais centrais de trabalhadores do país: CUT e Força Sindical. Hoje, além da adesão do partido, os tucanos contam com o apoio do PT, que é a favor da proposta.

Folha de S. Paulo - 10 de outubro

**Não é o que parece**

Apesar da aparente concordância entre PSDB, PT, CUT, Força Sindical e da própria Fiesp, a tese da unicidade sindical contém graves contradições para os sindicatos combativos. Trata-se da liberdade de organização mais do ponto de vista da Fiesp e tenta-se, obviamente, romper a luta dos trabalhadores e das suas formas organizativas. Esse debate é fundamental para a luta dos trabalhadores brasileiros e estará em debate na revisão constitucional que está sendo prometida para o próximo ano.

Em Dia-Info-ANDES - n° 8

**Fleury diz estar mais pobre**

"Fiquei mais pobre depois do governo porque esse salário de R\$ 2,3 mil me obrigou a despoupar", diz o governador Fleury a dois meses de deixar o governo de um estado que também empobrecceu em sua gestão.

Gazeta Mercantil - 26 de outubro

**Mais impostos**

O presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, estuda lançar um empréstimo compulsório de 0,25% sobre saques bancários para substituir o IPMF. Pelo projeto, o compulsório seria devolvido com recursos das privatizações. A lei prevê a extinção do imposto do cheque no final deste ano. A equipe de FHC, no entanto, conclui que o próximo governo não poderá abrir mão dos cerca de R\$ 4 bilhões arrecadados pelo tributo.

Folha de S. Paulo - 27 de outubro

**D**urante o último movimento de reivindicações salariais, os docentes de São Carlos deliberaram pela realização de um Fórum de Debates para discutir aspectos da USP que, entre outros, resultam em condições de trabalho e remuneração deterioradas. O primeiro passo na implantação do Fórum foi dado na elaboração do Manifesto dos Docentes do Campus de São Carlos, dirigido ao reitor, retratando os questionamentos surgidos durante a realização do movimento grevista.

Visando dar continuidade ao debate destas questões, um grupo de professores do campus de São Carlos está se reunindo na sede da Adusp daquela cidade com o propósito de destacar temas e levantar dados que contribuam para a realização do Fórum proposto. Nas discussões realizadas até o momento, o grupo entende que a falta de proje-

tos administrativos integrados, a falta de uma política eficiente de aproveitamento de recursos humanos, a falta de clareza das situações condicionantes das atividades fim da universidade, têm degradado continuamente essas mesmas atividades. Segundo análise do grupo, a discussão dessas questões no âmbito da realidade regional é necessária e viável.

São os seguintes os temas passíveis de serem debatidos no Fórum: a) definição de diretrizes para a universidade: projetos departamentais e globais como orientadores de atitudes administrativas; b) descentralização administrativa: o que pode e deve ser descentralizado?; c) política de pessoal: 1- reconhece-se o elevado número de funcionários da USP e a necessidade de uma política de contratação/treinamento/relocação bem como de informação das atividades administrativas e 2- quais as vantagens e desvantagens da

terceirização de serviços; d) aposentadoria: a análise da distribuição etária dos docentes ativos e inativos da USP nos últimos anos mostra tendência, no mínimo, inquietante. Não seria o momento de se discutir esse assunto? Por que não um plano ou fundo independente de aposentadoria para a USP? Quais as conseqüências que isso acarretaria?; e) qual a situação do ensino de graduação no campus de São Carlos? Quais as necessidades do mercado de trabalho? Que tipo de profissional é formado e como ele se adequa ao mercado? e f) ao pensar nos alunos de graduação e todas as dificuldades que são enfrentadas atualmente, um problema que afeta a USP e a sociedade é o de como contribuir para a melhoria do ensino básico e técnico no estado de São Paulo e estar preparado para uma reformulação das escolas públicas de I e II Graus no próximo governo? Em que aspectos a USP pode contribuir?

**Adusp-Ribeirão discute estatuto**

**O** Grupo de Trabalho da Adusp-Regional Ribeirão Preto que discute a reforma do estatuto da USP já levantou uma série de questões que serão debatidas com os docentes daquele Campus. O GT questiona: a) por que o número de cargos de professores titulares deve ser restrito a apenas 10% do total de docentes da universidade?; b) por que o Conselho Universitário tem apenas um representante de cada categoria docente?; c) por que o reitor precisa, necessariamente, ser um professor titular?; d) as profundas distorções na estrutura de poder da USP não estariam vinculadas à atual carreira docente? e e) o atual processo de eleição do reitor é o mais adequado?

**Reflorestamento** - A diretoria da Adusp em Ribeirão Preto manifestou-se contrária à licitação feita pela universidade para o arrendamento das terras da USP naquela cidade para a agricultura. A diretoria de Ribeirão Preto sugere que na área licitada seja desenvolvido um projeto de reflorestamento a ser implantado gradativamente. A regional Ribeirão Preto defende a elaboração de um Plano Diretor para evitar a ocupação desordenada do campus.

<b>Resumo do Relatório da Tesouraria</b>	
<b>Setembro de 1994</b>	
<b>Saldo de Agosto:</b>	<b>R\$ 244.981,17</b>
<b>1. Receitas</b>	
1.1. Contribuição Sócios	R\$ 42.848,92
1.2. Prestação Serviços	R\$ 593,64
1.3. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$ 9.335,07
1.4. Outros	R\$ 882,51
<b>Disponível:</b>	<b>R\$ 298.641,31</b>
<b>2. Despesas</b>	
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	(R\$ 16.111,32)
2.2. Repasse a ANDES-SN	(R\$ 8.606,25)
2.3. Diretorias Regionais	(R\$ 700,00)
2.4. Manutenção da Sede	(R\$ 4.532,16)
2.5. Comunicação	(R\$ 3.451,50)
2.6. Eventos	(R\$ 1.322,31)
2.7. Outros	(R\$ 157,49)
<b>Total Despesas</b>	<b>(R\$ 34.878,70)</b>
<b>Saldo de Setembro</b>	<b>R\$ 263.764,94</b>
<b>3. Ativo Financeiro</b>	
3.1. Aplicações em RDB	R\$ 197.573,34
3.2. Poupança	R\$ 68.208,46
3.3. Conta Corrente	(R\$ 2.287,90)
3.4. Caixa Secretaria	R\$ 271,04
<b>Total do Ativo Financeiro</b>	<b>R\$ 263.764,94</b>

# Meneghini não convence ao explicar alterações em relatórios de avaliação

Daniel R. Bort

Em setembro, o Informativo Adusp denunciou que a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) vem encaminhando ofícios, aos diretores de Institutos e chefes de departamentos, afirmando que os relatórios de avaliações correspondem ao texto final elaborado pelos avaliadores externos (CAD), quando, na verdade, trechos dos relatórios são suprimidos ou substituídos. Na ocasião, foram publicadas partes do texto original da Comissão Externa, as alterações promovidas pela CPA e o ofício de encaminhamento ao Departamento de Sociologia afirmando que o relatório final é da CAD.

No mesmo dia da distribuição do Informativo, a diretoria da Adusp encaminhou ofício ao reitor da USP solicitando a imediata suspensão dos processos de avaliação, em curso e programados, e a ampla divulgação de todo material pertinente à avaliação de cada departamento, especialmente do relatório original elaborado pelos avaliadores externos. O ofício foi encaminhado em 8 de setembro e até o final de outubro a reitoria não havia respondido. Mais ainda, o recurso impetrado em março deste ano junto à reitoria pelas professoras Maria Helena Oliva Augusto e Raquel Glézer, respectivamente chefes dos departamentos de Sociologia e História, também não havia sido analisado até o final de outubro.

Diante do silêncio da reitoria em relação à avaliação, o Conselho de Representantes da Adusp reuniu-se com o reitor Flávio Fava de Moraes para discutir este e outros assuntos de interesse dos docentes da USP. Chamado à reunião pelo reitor, o presidente da Cert e da CPA, Rogério Meneghini, limitou-se a dizer que não havia má fé no encaminhamento dos ofícios. "Pode ter havido problemas de comunicação. Um erro técnico", disse ele.

Apesar de não responder o ofício da Adusp e não apresentar explicações convincentes para o



Reunião dos conselheiros da Adusp com o reitor Fava de Moraes

procedimento da CPA, três dias após a reunião com o Conselho de Representantes da Adusp, Rogério Meneghini fez publicar no órgão oficial da reitoria, edição nº 296 - 16/9 a 2/10-, artigo defendendo o processo de avaliação. No artigo, intitulado "A primeira fase de avaliação da USP", ele afirma que o primeiro critério adotado pela CPA foi o de que a avaliação, para ser objetiva e crítica, tem que ser externa. Cinco parágrafos adiante, porém, Meneghini diz que "as CADs (Comissões Externas) são solicitadas a sugerir os conceitos, porém a alta discrepância em termos de critérios por elas usados determinou que a CPA concedesse o conceito final, num processo de normalização, em que busca um enquadramento dentro do contexto amplo dos demais departamentos avaliados". O artigo, ao mesmo tempo em que enaltece a importância das Comissões Externas, desqualifica o trabalho por elas elaborado.

Apesar do texto ocupar mais de 2/3 da página dois, em momento algum Rogério Meneghini explica por que o encaminhamento é feito em nome da Comissão Ex-

terna, quando, na verdade, reflete conceitos emitidos pela CPA.

A diretoria da Adusp convidou o reitor da USP, Flávio Fava, e o presidente da CPA, Rogério Meneghini, para debater, em sua sede, o processo de avaliação na universidade. O encontro estava previsto para ocorrer no dia 25 de outubro, mas teve de ser adiado. A assessoria do reitor informou que ele estaria fora de São Paulo naquela data e Meneghini não aceitou vir à Adusp naquela data.

Além do tema avaliação os Conselheiros da Adusp também discutiram com o reitor a) licença prêmio para docentes contratados, b) política de recursos humanos e contratações, c) atrasos nos repasses da Secretaria da Fazenda e d) questão salarial. Estiveram presentes ao encontro os seguintes Conselheiros: Telma Pamploña, Lucília Borsari, Norberto Guarinello, Delsio Natal, Marco Aurélio Mesquita, Maria Lúcia Hilsdorf, Marina Nóbrega, Vera Henriques, Tullia Maia Clara e Vilma Alves de Oliveira. Otaviano Helene, Lígia Marcondes Zilda Iokoi representaram a diretoria da Adusp.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DO CR

Nos termos do Regimento Geral e das Normas das Eleições, ficam convocados os sócios da Adusp-S.Sind. para a eleição de membros do Conselho de Representantes (CR), a ser realizada nas dependências da USP, nos dias 29 e 30 de novembro de 1994, das 9h às 21h. As inscrições dos candidatos a membro do CR deverão ser efetuadas na sede da Adusp, sita à Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, Nº 374-Prédio da Antiga Reitoria, até as 18h do dia 24 de novembro de 1994.

São Paulo, 7 de novembro de 1994.  
Prof. Otaviano Helene  
Presidente da Adusp-S.Sind.

Unidades que deverão eleger representantes: Escola de Educação Física; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (suplente); Faculdade de Medicina; Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia; Instituto Astronômico e Geofísico.

# Contrato precário pode ter perenidade

Rocaldo Entler

*Eduardo Ramirez, jurista formado pela Faculdade de Direito da USP e assessor da Adusp, defende que os contratos precários tenham natureza permanente, sem, no entanto, transformar o docente em servidor estável. Para resolver esse crônico problema de contratação na universidade, o Conselho Universitário tem de decidir favoravelmente e determinar conseqüente portaria do reitor.*



Eduardo Ramirez

**Como surge a figura do contrato precário no serviço público brasileiro?**

**Eduardo** - A carta constitucional de 1969 já adotava a regra básica de que os servidores deveriam ter acesso aos cargos mediante concurso público de provas e títulos, sendo então nomeados e provendo os cargos previamente criados. O regime constitucional anterior permitia a criação de cargos através de decretos. Admitia, porém, de uma forma regulamentada, a contratação de natureza temporária. Essa permissão constitucional deu lugar a que as administrações públicas, tanto federal como estadual, criassem dois tipos de vínculos: um de natureza permanente e outro, mesmo que concursado, em funções precárias.

**É na USP, em que momento aparece o contrato temporário?**

**Eduardo** - Os contratos como são realizados hoje na USP têm por fundamento um ato administrativo do reitor Gama e Silva, que baixou portaria dizendo que a contratação de docentes em regime precário, conforme autorizada pelo estatuto da Universidade, provisoriamente seria feita nos termos do ESU (Estatuto dos Servidores da Universidade), originalmente uma norma que excluía os docentes. Porém, esse tipo de contratação por tempo determinado se manteve até hoje, embora a forma e os termos com que são contratados os docentes não seja aquela expressamente prevista no ESU.

**Qual, então, a diferença entre um concurso — processo seletivo — para um e para o outro caso?**

**Eduardo** - É exatamente a es-

pecificação do objetivo a que se destina cada um dos processos. A prova seletiva para a contratação temporária ou para a efetivação deve atender rigorosamente todos os requisitos de um concurso, como por exemplo, ser divulgada com antecedência, ser aberta etc.. A diferença na USP é que uma delas oferece uma função docente de professor auxiliar ou assistente em caráter temporário e a outra é uma prova de ingresso na carreira, exige o título de doutor e resulta em vínculo permanente.

**O contrato precário oferece alguma vantagem jurídica ao docente? A quem ele interessa?**

**Eduardo** - Esse tipo de contrato reflete uma expectativa específica da USP. No estatuto da USP você tem hoje dois postos de trabalho anteriores ao início formal da carreira que é o cargo de doutor. Um dos cargos anteriores ao de doutor exige a qualificação de mestre e não prevê a nomeação em caráter efetivo. São docentes que devem, por disposição da estrutura de carreira da universidade, permanecer precários. Embora não haja vantagens inerentes do contato precário, ele acaba interessando a um contingente de pesquisadores e de docentes em início de carreira que querem trabalhar na USP, mesmo nessas condições precárias de contratação.

**Mas isso acaba não sendo bom para nenhuma das partes, uma vez que não há uma vinculação efetiva de trabalho.**

**Eduardo** - Um dos grandes problemas dessa precariedade é o da facilidade de demissão de docentes. Ela se faz em desconformidade com requisitos mínimos de direito. O docente sequer é

demitido, ele tem o contrato de trabalho simplesmente não renovado. Portanto, não chega a haver, por parte da universidade, manifestação direta, fundamentada e justificada das razões pelas quais determinado docente não vai prosseguir na carreira. Isso tanto pode ocorrer na renovação do primeiro como do décimo contrato, já que não existe a necessidade de se apresentarem razões avaliativas, valorativas para a não renovação.

**Significa que o contrato precário permite exercer pressões sobre os docentes?**

**Eduardo** - Apesar da não renovação ser pouco freqüente, se levarmos em consideração que cerca de 40% dos docentes da USP são contratados precários e que, portanto, a cada dois anos necessitam de recontração, é bem possível que isso ocorra. Tendo em vista que o precário fica sempre na dependência da concordância dos departamentos, significa um exercício de influência tanto sobre a carreira do docente, como sobre a atividade docente que ele está executando. Mesmo sendo um aspecto velado, significa um poder bastante pronunciado da administração da universidade sobre a atividade docente e de pesquisa.

**Como resolver o problema da contratação temporária?**

**Eduardo** - Acredito que a universidade poderia optar por não qualificar como temporário o docente com contrato precário. Ele poderia ser um servidor não estável e, no entanto ser um servidor de natureza permanente, que ficasse ministrando aulas, realizando pesquisas até que, por razões acadêmicas ou administrativas, manifestadas formalmente, fosse

decidido que ele não deveria permanecer na carreira. Isso seria mais condizente com o tipo de trabalho executado pelo docente que, claramente, é um trabalho perene, apesar do seu contrato ser precário.

**Ficaria, portanto, a cargo da universidade manifestar-se pelo rompimento do contrato.**

**Eduardo** - A principal contradição desses contratos é o fato de que as funções exercidas por estes docentes não são funções com prazos certos de serem concluídas. Não são funções emergenciais, não são episódicas. São funções de natureza permanente. A proposta é exatamente atribuir à universidade a tarefa de justificar a demissão do docente.

**A implantação do Regime Jurídico Único seria uma outra solução?**

**Eduardo** - Sim, ele tende a eliminar esse tratamento desigual entre servidores públicos admitidos em uma autarquia como a USP e por uma fundação, a exemplo da Fundação de apoio à USP. No Regime Jurídico Único eles passam a ter o mesmo tratamento. Isso não significa que os servidores admitidos de maneira precária vão se tornar titulares de cargos, igualando-se àqueles que proveram cargos mediante concurso com essa finalidade. Portanto, embora o RJU tenda a eliminar a desigualdade, é necessária uma disposição específica a respeito do contrato precário.

**Compete ao governador encaminhar à Assembléia Legislativa a proposta de RJU. Algo pode ser feito exclusivamente pela universidade?**

**Eduardo** - Os contratos precários são feitos com base no estatuto da USP, que foi veiculado por uma portaria do reitor e depois referendado por um decreto do governador, com base em uma portaria do reitor Gama e Silva que se encontra em vigor até hoje. Portanto, decidir que a admissão temporária passe a se dar por tempo indeterminado é questão de posicionamento do Conselho Universitário e de conseqüente portaria do reitor da USP. Essa postura pode ser adotada internamente, uma vez que não se conhece, ainda, a disposição do futuro governador em relação à adoção do RJU para os servidores do estado de São Paulo.